

o) Manter os diversos elementos de escrituração a que se refere o regulamento das entradas e saídas de fundos, contabilização e controlo das operações de tesouraria e funcionamento das caixas devidamente escrituradas, salvo aqueles que são automaticamente gerados pelo SLC;

p) Elaborar a conta de gerência nos termos da instrução n.º 1/99, da 2.ª Secção do Tribunal de Contas;

q) Proceder à recolha, contabilização e restituição dos dísticos do IMSV devolvidos pelos revendedores de valores selados, em conformidade com a circular n.º 16/94, de 17 de Junho, da Direcção-Geral do Tesouro;

r) Deferir e conceder a isenção do imposto de circulação e de camionagem em conformidade com o artigo 4.º do Regulamento e o n.º 10.1 do manual de cobrança;

s) Emitir a certidão a que se refere o artigo 19.º do Regulamento do Imposto de Circulação e de Camionagem;

t) Emitir a certidão a que se refere o artigo 34.º, n.º 1, do imposto municipal sobre veículos.

IV — Substituição legal:

Nas minhas faltas e ausências ou impedimentos o meu substituto legal é a adjunta Noémia Maria Lopes Barrento;

Em caso de ausência ou impedimento do chefe-adjunto da Secção de Cobrança, será o mesmo substituído pela técnica de administração tributária-adjunta Maria Elvira Fernandes Subtil.

V — Produção de efeitos:

Este despacho produz efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2007.

Assim, de conformidade com o disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, faço estas delegações de competência.

28 de Fevereiro de 2007. — A Chefe do Serviço de Finanças de Leiria 1, em regime de substituição, *Maria Emília Marques Castelão*.

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 7415/2007

Por despacho de 28 de Março de 2007 do director-geral do Orçamento, os licenciados António Alberto Coelho Gil, Maria de Lurdes Pais Ferreira, Cília Simões Batista Nascimento Adriano, Anabela Ferreira Pedro Vilão, Célia Maria Mendes Soares, Carla Alexandra Rodrigues Castro Vaz Pereira, Ana Paula Rodrigues Serralheiro, Pedro Miguel Campos Moreira, António João Pires Eduardo, Sandra Maria Carriceiro Baiá, Diva Cristina Esteves de Sousa, Ana Rita Almeida Dias do Nascimento, Maria de Fátima Coutinho Casaca Ventura, Cristina Landeiro Rodrigues e João Paulo Rodrigues Pereira, técnicos superiores de orçamento e conta principais, da carreira de técnico superior de orçamento e conta (área económica), do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, são nomeados, precedendo concurso, na categoria de técnico superior de orçamento e conta especialista, de acordo com o constante no mapa IV do Decreto-Lei n.º 420/99, de 21 de Outubro.

29 de Março de 2007. — O Subdirector-Geral, *Eduardo Dias Sequeira*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 379/2007

Desde 2003 que o Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) tem recorrido a entidades externas para a prestação de serviços de impressão, envelopagem e expedição de documentação personalizada.

Considerando que o INGA expede em média anualmente 1 200 000 ofícios e constatando-se a insuficiência de recursos humanos para a realização das tarefas inerentes àqueles serviços e, ainda, o facto de a aquisição do equipamento imprescindível para este efeito ser bastante onerosa, mantém-se a necessidade de recorrer a empresas especializadas naquelas tarefas.

Assim, torna-se necessário proceder à abertura de um concurso público para a aquisição daquela prestação de serviços.

Estima-se que o valor anual da respectiva despesa ascenda a € 450 000, sendo de € 1 350 000, acrescido de IVA à taxa legal, para o período de três anos.

Nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a presente aquisição carece de prévia autorização conferida através de portaria, uma vez que a despesa irá dar lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico.

Assim, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

Artigo 1.º

Fica o INGA autorizado a efectuar a repartição de encargos relativos ao contrato de prestação de serviços de impressão, envelopagem e expedição de documentação personalizada da seguinte forma:

2007 — € 450 000;
2008 — € 450 000;
2009 — € 450 000.

Artigo 2.º

Fica ainda o INGA autorizado, se tal se mostrar necessário, a transferir os eventuais saldos de 2007, 2008 e 2009 para os anos seguintes.

13 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despacho n.º 7416/2007

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicação do processo de selecção do titular do cargo de director de serviços de Administração e Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, criado pelo Decreto Regulamentar n.º 14/95, de 23 de Maio, no jornal *Diário de Notícias*, no *Diário da República* e na bolsa de emprego público.

Decorreram as operações de selecção, a cargo do júri, de acordo com os métodos de selecção então publicitados na bolsa de emprego público.

Cumpridos todos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar o cargo a concurso, a candidata Paula Alexandra Hipólito dos Santos Ferreira.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo júri na acta final que integra o procedimento concursal e que resultam, designadamente, da fórmula que traduz a aplicação dos métodos de selecção aos factos apurados, considero que a referida candidata possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no aviso de abertura do concurso.

Assim:

1 — Aceitando a proposta do júri, nomeio para o cargo de directora de serviços de Administração e Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional a licenciada Paula Alexandra Hipólito dos Santos Ferreira, em comissão de serviço e pelo período de três anos, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a nomeada pode optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

28 de Fevereiro de 2007. — O Secretário-Geral, *Luís Augusto Sequeira*.

Síntese curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Paula Alexandra Hipólito dos Santos Ferreira;

Data de nascimento — 23 de Outubro de 1964;

Estado civil — casada;

Bilhete de identidade n.º 8497865, emitido em 16 de Dezembro de 2003, Santarém;

Contribuinte fiscal n.º 192849972;
Residência — Rua de António Bastos, 10, 2005-193 Santarém;
Telemóvel — 917323631.

2 — Formação académica — licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (1985-1990).

3 — Formação complementar:

Curso de pós-graduação em Direito Regional ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e pela Universidade dos Açores — de 17 de Julho a 19 de Dezembro de 1999;

Curso de Alta Direcção em Administração Pública no Instituto Nacional de Administração — 2006;

Frequência do módulo de especialização em Marketing Público, no âmbito do CADAP — 2006-2007.

4 — Formação profissional:

Curso de formação sobre o Código do Procedimento Administrativo (INA — 1992);

Curso «Portugal e a União Económica e Monetária: convergência e moeda única» (Direcção Regional de Organização e Administração Pública — 1999);

Sessão de esclarecimentos sobre «O novo regime de despesas públicas e contratação pública» (Direcção Regional de Organização e Administração Pública — 1999);

Curso de formação sobre «Contencioso administrativo» (INA — 1999);

Ação de formação sobre «Procedimento administrativo» (CEDREL — 2000);

Curso de formação sobre «Regime jurídico de empreitadas de obras públicas» (INA — 2001);

Curso de formação sobre «Sistema de avaliação de desempenho na Administração Pública — SIADAP».

5 — Experiência profissional:

Coordenadora do Núcleo de Apoio Jurídico da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, desde Fevereiro de 2004;

Directora de serviços do Gabinete Técnico do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas — Governo Regional dos Açores, de 4 de Dezembro de 2001 a 31 de Outubro de 2002;

Chefe da Divisão de Apoio Técnico do Gabinete Técnico do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas — Governo Regional dos Açores, de 1 de Agosto de 1995 a 3 de Dezembro de 2001.

6 — Experiência profissional relevante:

Colaborou com as instituições comunitárias, designadamente junto da Comissão Europeia, a execução do Programa de Opções Específicas para Fazer Face À Insularidade da Madeira e dos Açores — POSEIMA [Regulamento (CEE) n.º 1600/96, do Conselho, de 15 de Junho] — Junho de 1992 e 2002;

Integrou junto da Comissão Europeia o grupo de trabalho que coordenou as alterações ao programa POSEIMA [Regulamento (CEE) n.º 1600/96, do Conselho, de 15 de Junho] — 1994 e 2002;

Representante do IAMA junto da Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus no grupo de trabalho destinado a acompanhar a execução do POSEIMA — 1994;

Acompanhou a elaboração e execução dos Regulamentos e das Decisões Comunitárias, no âmbito do regulamento mencionado, junto da Comissão Europeia e do Comité Staar — 1994 e 2002.

7 — Outras actividades:

Desde 1 de Janeiro de 2001 — vice-presidente da Academia das Artes dos Açores, associação privada de utilidade pública, que se dedica, desde 1980, ano em que foi constituída, à promoção, divulgação, experimentação e ensino das artes visuais;

Desde Abril de 2002 — presidente da Academia das Artes dos Açores.

Despacho (extracto) n.º 7417/2007

Por despacho de 2 de Janeiro de 2007 da secretária-geral-adjunta do Ministério da Defesa Nacional, Carlos Jorge Paiva Henriques Monteiro, técnico de 2.ª classe estagiário, foi nomeado definitivamente técnico de 2.ª classe, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, após frequência de estágio, com efeitos a 13 de Dezembro de 2006.

28 de Fevereiro de 2007. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Teresa Chaves Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 7418/2007

Por despacho de 27 de Fevereiro de 2007 do secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, António Menas Pereira, assistente

administrativo especialista de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, transitada, por reclassificação profissional, ao abrigo do preceituado no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para a categoria de técnico profissional especialista principal, com efeitos à data do despacho.

5 de Março de 2007. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Teresa Chaves Almeida*.

Louvor n.º 174/2007

Louvo o licenciado Joaquim José Fernandes Dias, director de serviços de Administração e Gestão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, pela forma notável, empenhada, competente e exemplarmente voluntariosa como ao longo de mais de cinco anos desempenhou as suas funções na Direcção de Serviços, desde que nela foi colocado, desempenhando o cargo de chefe de divisão e a seguir o de director de serviços, tendo demonstrado aptidões excepcionais para o exercício de funções na área de recursos humanos, onde executou as diversas tarefas com eficiência, tendo grande capacidade de trabalho e organização, elevada formação moral, convicto das exigências e complexidade dos assuntos a tratar e revelando sempre grande rigor nos procedimentos.

No âmbito das suas funções demonstrou elevada competência na apresentação de soluções e sugestões ponderadas e meticolosas sobre os diversos problemas surgidos, de modo a facilitar o profícuo accionamento, o que conseguiu sem alarde, destacando-se as suas excelentes qualidades de trabalho, capacidade de organização e método, aliados a uma esclarecida noção de dever e sentido das responsabilidades.

Dotado de excelentes qualidades de carácter, associadas a uma singular discrição de actuação, uma permanente vontade de bem servir, inextinguível lealdade e uma atitude cordial e franca, gozando da estima e consideração de todos que o rodearam, tornou-se digno e credor de público reconhecimento.

Pela sua preciosa colaboração na gestão de recursos humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, o licenciado Joaquim José Fernandes Dias granjeou diariamente o respeito e estima de todos, pelo que é de inteira justiça considerar os serviços por si prestados de elevado mérito e merecedores deste público louvor.

28 de Fevereiro de 2007. — O Secretário-Geral, *Luís Augusto Sequeira*.

ESTADO-MAIOR-GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

Comando Operacional da Madeira

Despacho n.º 7419/2007

Subdelegação de competências no chefe do estado-maior do Comando Operacional da Madeira

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo despacho n.º 2193/2007, de 22 de Fevereiro, do general CEMGFA, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 12 de Fevereiro de 2007, conjugado com o n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no chefe do estado-maior do Comando Operacional da Madeira, tenente-coronel de artilharia José Duarte Velosa Trindade, competência para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços até € 5000.

2 — Este despacho produz efeitos desde 5 de Dezembro de 2006, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados no âmbito desta subdelegação de competências.

12 de Fevereiro de 2006. — O Comandante Operacional, *João Miguel de Castro Rosas Leitão*, major-general.

EXÉRCITO

Comando do Pessoal

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extracto) n.º 7420/2007

Por despacho de 8 de Março de 2007 do TGEN AGE, proferido no uso de competência delegada, foi nomeada Maria Cardoso Martins Farinha, por tempo indeterminado, na categoria de operário principal